

# HELENA

*Como todo mundo, a história das coisas que faço é um pouco a história de mim mesma, então acho que essa trajetória na política, no ativismo, na arte e no feminismo são pedaços da história de como cheguei até aqui e até hoje. Então, eu trago para cá alguns outros pedaços sem os quais a prosa fica descompensada e eu pareceria mais uma pessoa inventada – que sempre foi do jeito que a gente vê – do que quem sou de verdade em todas as contradições aqui dentro. Agradeço pela porta aberta para compartilhar esses pedaços, eles me deixam mais perto de tanta gente que eu gosto e que poderei gostar um dia se se aproximarem dos círculos onde ajudo a fazer mormaço com a minha presença e ação.*

*Helena Silvestre<sup>(\*)</sup>*

**(\*)Helena Silvestre é escritora, militante política nos Movimentos de Moradia e Movimentos Culturais das periferias. Editora da Revista Amazonas e Fundadora da Escola Feminista Abya Yala no extremo sul da cidade de São Paulo.**

# ZONA LIBERTÁRIA, FEMINISMO FAVELADO E ANCESTRALIDADE

Helena Silvestre

***Boletim ODC: Nos conte sobre sua trajetória. Militante em movimentos de moradia e de cultura, escritora, educadora popular, feminista favelada e tantas outras faces das suas atuações: como se forma esse mosaico desses pedaços da sua história?***

**Helena Silvestre:** Eu comecei na militância muito cedo. Acho mesmo que comecei antes de compreender completamente (se é que exista esse momento) o que significava isso. Eu tinha uma curiosidade muito grande pelas coisas desconhecidas, eu tinha sempre uma raiva muito forte a qualquer injustiça e eu achava que a minha língua afiada era um advogado dos fracos. Minha família sempre foi muito pobre, muito pobre mesmo, muito numerosa, muito nordestina, muitas vezes humilhada e, ao mesmo tempo, muito alegre, muito forte, muito solidária. A minha avó materna – que é talvez a minha primeira e maior influência e referência – era tão maluca que levava pessoas que encontrava pedindo nas ruas para casa. Ela fazia a pessoa tomar banho, dava umas roupas usadas de alguém, dava comida e depois a mandava embora, dizendo que meus tios iam brigar com ela e que, por isso, ela não podia convidar a pessoa para morar lá.

Éramos, como disse, muito numerosos e muito pobres e, mesmo assim, a minha avó sempre achava um jeito de enfiar mais alguém naquele bololô. Na casa sempre morou algum agregado ou agregada – quando não mais de um e simultaneamente.

A minha avó é de uma cidade chamada Catolé do Rocha, na Paraíba, que é o sertão profundo onde também brotou minha mãe, mulher por quem tenho também profunda admiração. Mas minha avó foi uma figura a quem eu pude ensinar a ler e, com isso, ela me ensinou que quem aprende, nunca, nunca, nunca é alguém que sabe menos. E que essa é uma relação

da vida que não poderia acolher hierarquias sob o peso de perdermos a riqueza da humanidade ancestral que levamos em nós. Minha avó é uma dessas indígenas que se transmutaram no cangaço, na ciganagem e na fuga com circo ou casamento indo para São Paulo.

Inicialmente, o mistério da militância era como o de multiplicar isso por mil vezes e fazer no mundo o que se fazia na casa da minha avó: repartir o pouco que se tinha e criar condições menos díspares entre todo ser vivente.

Onde eu vivia – uma favela em Mauá, no olho do furacão dos anos 1990 – não haviam muitas possibilidades de militância. A maior parte dos grupos tinha se integrado pouco a pouco às prefeituras progressistas que foram ganhando espaço no ABC Paulista. Em 1996, eu era uma menina de 12 anos, bastante arredia a ideias partidárias, leitora de Gibran Khalil Gibran e de Mário de Andrade. Eu parecia uma doidinha que ficava arranjando motivos para movimentar grupos na minha escola, e motivos não faltavam, imagine você. Uma escola de quebrada no meio dos anos 1990... A gente viveu tanta violência e a gente era tão pobre que só o que tínhamos eram motivos. Mas só motivos e poucas organizações ou referências para alimentar as nossas imaginações com maneiras de responder e criar realidades diferentes.

Foi na escola que me chegou a primeira possibilidade de militância. Sim, as escolas públicas foram um dos poucos lugares em que o povo muito pobre – já em trabalhos tão precarizados que não eram considerados “operários” dignos de serem organizados – seguia tendo algum contato com possibilidades não hegemônicas de futuro e leitura de mundo. Lembrando que isso se deu, sempre, através de pessoas comprometidas e não da instituição escolar (construída estruturalmente como ambiente disciplinador e reprodutor da ideologia dominante).

Uma professora, que era da Juventude Operária Católica foi quem me convidou a participar de alguma coisa e eu era sedenta para participar de alguma coisa junto com pessoas diferentes.

Eu realmente mergulhei nisso. Participava das reuniões, das panfletagens, fazia o rolê junto com as pessoas adultas. Parecia sempre mais velha do que era e ficava escutando os adultos em grupos de estudo lerem em voz alta os relatos de Marx sobre a Comuna de Paris.

Eu não entendia muito, mas sentia tanta emoção de pensar que – igual a um filme – o povo poderia tomar tudo e dividir com justiça. Era tipo um épico igual a Excalibur, com heróis e tudo mais.

Eu não era nem operária (pra minha geração tão ferrada, trabalhar na fábrica com carteira assinada já era um status, mas eu sou do ABC, onde isso teve seu momento) e nem católica (meus pais eram católicos por osmose e depois se tornaram religiosos de uma outra linhagem), mas a Juventude Operária Católica (JOC) foi a minha primeira e decisiva porta para um mundo possível de menos miséria que o meu. Eu comecei a saber que existiam pessoas de outros países, ouvir gente falando outra língua e contando os sofrimentos da juventude operária da Áustria. Eu tinha 13 anos e queria arreganhar aquela porta que atravessassei, para que mais gente pudesse saber. Saber que não precisaria ser sempre assim e que não era natural sermos tão pobres. Eu continuava muito curiosa pelas coisas desconhecidas.

Num dado momento, a JOC tornou-se muito restritiva para o que passei a entender como militância e me fazia falta enorme construir algo numa irmandade maior, mais massiva e mais radical, abrupta, concreta, conflituosa. Ir lá e lutar, e arrancar na marra o que era justo, mesmo que aos poucos.

Entrei no MTST como um peixe com sede que encontra um oceano para mergulhar com tudo. Foi tamanho o mergulho que rompi com minha família: meus pais tornaram-se religiosos quando eu tinha 14 ou 15 anos e passaram a desaprovar – ou mesmo proibir – minha atividade militante e eu fugi de casa com 16 ou 17 anos para viver sozinha com um salário de 250 reais.

Pouco tempo depois que eu vivia sozinha, aconteceu a ocupação e minha atividade política – agora mais arriscada e conflituosa – era motivo não só de desaprovação como também de preocupação e sofrimento para eles. Nos afastamos estruturalmente e minha avó materna passou a ser o meu elo mais forte de ligação com a vida da comunidade familiar que me pariu.

Nas ocupações éramos milhares ao mesmo tempo. Todos se pareciam com minha família, pobres como eu bem conhecia e sabia ser. Mas, era uma família mobilizada para além de consanguinidade ou debates, era

mobilizada para entrar em conflito, para travar luta, para arrancar um pouco do que nos era negado.

Eu participei de muitas ocupações de terra em um momento em que o movimento era bem menos conhecido. Atuamos na região metropolitana de São Paulo, construindo depois processos de estadualização e nacionalização que me fizeram participar de ocupações e construções do movimento em outras cidades e estados do país. Participei de muitas ações, desde acorrentamentos em frente ao palácio do governo até uma greve de fome em frente à casa de Lula em São Bernardo do Campo, em 2005, ou os primeiros travamentos simultâneos de rodovias que fizemos em 2007. Nós éramos ousados e apontávamos essa potência na construção de ocupações urbanas e na busca de construir formas não institucionais de poder que fossem populares.

Eu me casei pela primeira vez aos 19 anos, mas na verdade, antes disso, vivi alguns meses com um namorado. Eu era uma moça meio avulsa no mundo, engolindo ele com os olhos e todos os sentidos que eu pudesse conceber. Assim, eu oscilava entre estar casada e estar solteira, entre estar empregada ou desempregada, entre estar na faculdade ou abandonar tudo a depender do momento.

Me mudei do ABC para a cidade de São Paulo e, depois de um ano para o Taboão da Serra. Eu era uma jovem favelada, com alguma inteligência e com alguns anos de diferentes militâncias em favelas e me lancei a conhecer tudo o que pudesse do novo território favelado onde fui morar com meu marido: a Zona Sul de São Paulo, ou, Campo Limpo – Taboão, como diria o Binho numa poesia que eu amo demais.

Uma das lindas coisas que pulsava entre favelados no começo dos anos 2000, por fora das hierarquias e institucionalizações, era o movimento de cultura. Que coisa extraordinária! Quase como uma arena pública de debates que aconteciam em rede, com fóruns que não raro discordavam em muita coisa e, ainda assim, se definiam como parte de um mesmo impulso ou movimento.

Nós fizemos uma ocupação em Taboão da Serra, no ano de 2005 – uma das que carrego com o amor que temos às nossas primeiras – e ela ficava muito próxima do Bar do Binho, onde acontecia o sarau.

Vários artistas favelados ligados ao Sarau estiveram e fizeram coisas

apoiando a ocupação Chico Mendes e eu passei a frequentar o Sarau do Binho sempre que podia.

Não era todo mundo do movimento que ia. Meu companheiro na época, por exemplo, dizia que eu iria virar hippie se não tomasse cuidado. Mas eu passei a ir e realmente dou graças à deusa por isso – e já se vê que sim, talvez eu tenha felizmente me tornado algo hippie.

O sarau era um ajuntamento de pessoas com ideias muito críticas a essa sociedade, mas não porque tivessem estudado suas engrenagens através da economia política. Críticos porque nasceram com a marca da exploração que atravessa os pobres da terra, que atravessa os territórios onde nos aglomeramos sem nos enxergarmos uns aos outros. Críticos como eu mesma.

Sempre foi uma zona o Sarau do Binho. E zona, aqui, tenha por gentileza o sentido da liberdade sem o disciplinamento das hierarquias, embora preocupada em ser coletiva.

Barulho, gente declamando, gente conversando, gente fumando lá fora, gente que aparecia do nada e gente que a gente já conhecia a canção. Tudo podia conviver sem que algum modo fosse definido como superior aos outros modos de se estar ali.

Eu sempre fui amante da leitura e, sobretudo, da música (que levaria minha alma para qualquer caminho), mas me apaixonei primeiro pela possibilidade de estar no sarau aprendendo; ouvindo poesias e crônicas de meus iguais, escutando a música feita de modo sofisticado ou lindos lamentos populares de dor de cotovelo.

O sarau foi (e é) uma grande escola para mim e foi o que me deu também parâmetros para analisar o grau de disciplinamento a que eu mesma tinha me habituado no movimento de moradia.

Estar em conflito o tempo todo nos endurece os quadris e os olhos. O sarau ajudava a amolecer as minhas carnes e meu coração.

Aqui eu já era militante do movimento de moradia, educadora popular dentro dele – sistemática ou organicamente – e já me sentia partícipe do movimento de cultura e do sarau.

Mas note que até este momento eu pouco menciono minha trajetória em suas estruturas atravessadas por meu gênero. Eu demorei muito tempo para me compreender como mulher e, conseqüentemente, para

compreender outras mulheres e o feminismo.

***No seu livro “Notas sobre a fome”, você relata como se tornou feminista, revelando ter sido uma descoberta libertadora e dolorosa ao mesmo tempo. Tendo iniciado sua militância nos movimentos de moradia, a sua forma de se perceber no mundo se deu fundamentalmente pela perspectiva da condição de classe. Você se encontrou com o feminismo hegemônico, não se reconheceu e o negou. Depois, nutrida por novas reflexões, buscou outros feminismos, cujas gramáticas fossem mais próximas de sua condição de mulher periférica. Ao reconhecer seu lugar de fala dentro destes espaços de poder e de disputas por narrativas hegemônicas, como você acha que este pensar e fazer feminista vem atravessando as suas reflexões e atuações políticas, como militante de movimentos sociais, culturais, dentre outras atuações?***

Acredito que falamos mesmo de epistemologia. É uma palavra sofisticada para uma necessidade urgente que é a de evidenciar que produzimos diferentes modos de pensar tão relevantes quanto os modos que se reconhecem como ciência, conhecimento, sistematização.

Me enxergar como mulher mudou o território de onde vejo o mundo. E quando muda o território de onde a gente vê, muda o que a gente vê também.

Muitas coisas que eu racionalizava como necessárias do ponto de vista organizativo, por exemplo, hoje eu rechaço porque percebo o traço patriarcal que ordena a composição dessas ideias. Isso não significa que nada preste, ou que tudo deva ser jogado fora. Na realidade, essa forma dicotômica de pensar tudo pertence ao binarismo ocidental (também patriarcal).

Entendi, por exemplo, que a supervalorização dos grandes atos heroicos em detrimento das invisibilizadas construções cotidianas são uma forma de articular política que prima por papéis masculinos, o papel do herói, do desbravador do mundo. O afeto, o cuidado, a nutrição e sustentação de comunidades, grupos, coletivos, militâncias, nada disso é valorizado como heroico, ainda que seja a seiva que permite qualquer prática política de se proliferar em ambiente adverso como é o que vivemos

nós pobres, indígenas, favelados, pretos e periféricos.

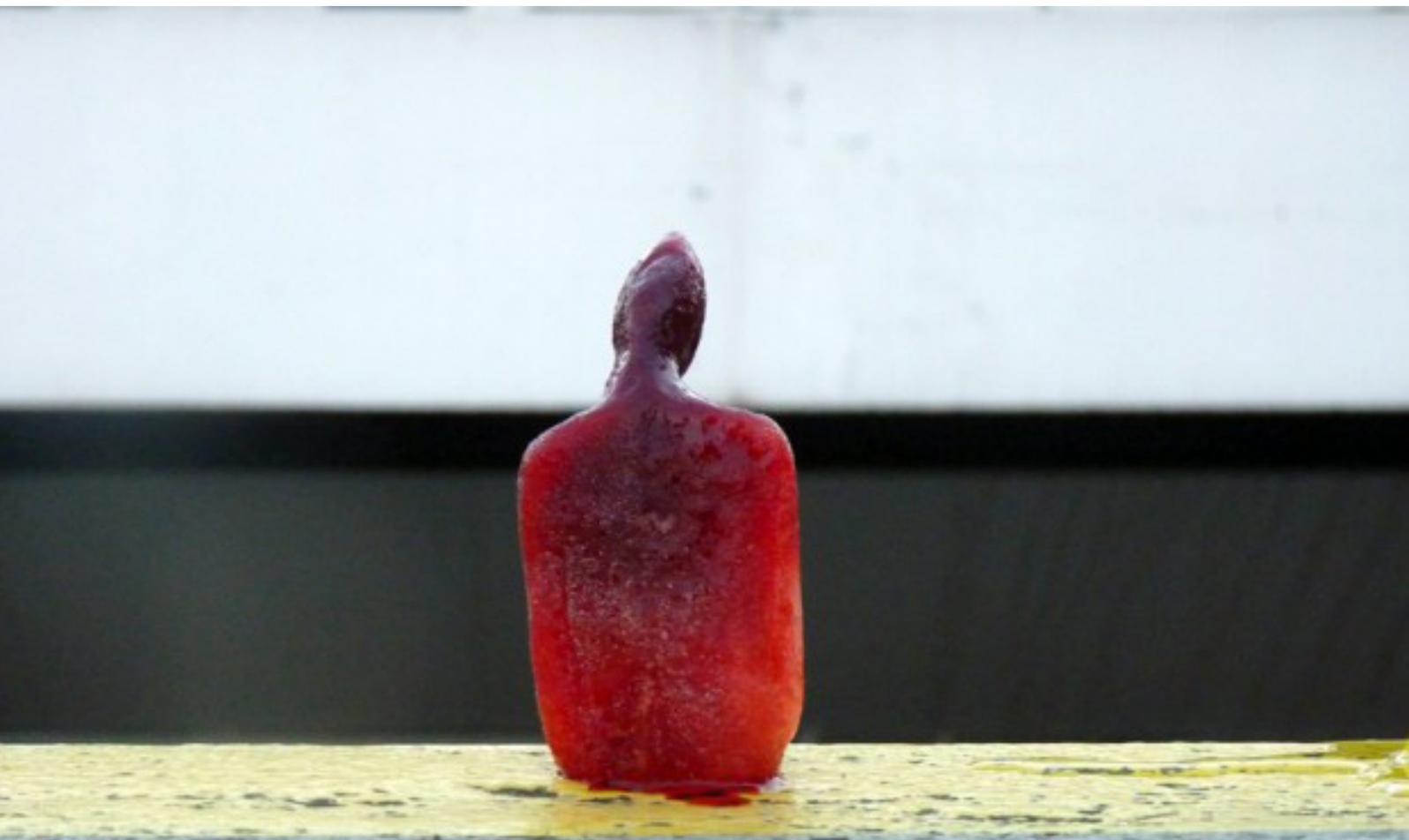
Esse é apenas um exemplo. Mas se trata mesmo de enxergar as coisas através de um outro olhar. Eu revisei as coisas que vivi e enxerguei nelas violências de gênero contra mim que antes eu simplesmente naturalizei. E assim como fiz isso comigo, certamente fiz também com muitas irmãs.

A violência que vivemos em nossas comunidades nos anos 1990 era tamanha, com o genocídio permanente e com as chacinas cotidianas, que deixamos muitas coisas de lado, secundarizadas diante da necessidade de preservar-nos da morte.

Mas o rap ajudou, e muito, a que percebêssemos que a violência que sofriamos não era natural; que ela acontecia porque éramos pobres, periféricos (e acho que foi aqui que este termo ganhou um recheio classista por vias não ortodoxas) e porque éramos pretos ou afroindígenas.

Mesmo aqui ainda faltava o elemento de gênero, porque sabemos da importância do rap e também dos desafios que ele precisa enfrentar para se colocar de forma mais ampla e coerentemente contra o machismo. Mas o movimento da mente foi importante.

A ferramenta lógica que colocou nas nossas mãos foi importante,



e isso é epistemologia: se a violência generalizada não era motivo para deixar de perceber as sobreposições de violação quando se tratava do povo negro, também poderíamos pensar que haviam sobreposições de violação às mulheres, que além da violência geral tinham suas chagas próprias.

Esse último movimento eu só realizei ao custo de muitos sofrimentos, inclusive em minha vida amorosa, quando um divórcio me permitiu desvelar problemas graves de uma estrutura organizativa. Não existe separação entre vida pessoal e vida política, todas essas separações são o modo ocidental de pensar, que não concebe a convivência múltipla e diversa sem hierarquia.

Mas realizei e hoje, mesmo enfrentando as dificuldades que enfrentam as mulheres que se rebelam também contra essas estruturas, eu me sinto com os olhos mais livres, com um olhar sobre o mundo que é mais liberto e solidário, porque reconheço o território que sou e que comporta esses dois olhos que veem.

***O que é a Escola Feminista Abya Yala e a Revista Amazonas? Quais são as contribuições da Revista Amazonas para os feminismos? Nos conte sobre a atuação da escola feminista nos territórios periféricos da zona sul de São Paulo e sobre suas pautas prioritárias de atuação e públicos mobilizados.***

Começarei então, primeiramente, pela Revista Amazonas, que é minha primeira participação na construção de um instrumento de luta constituído apenas por mulheres. Passei a pensar que se eu tinha dedicado tanto da minha capacidade ativista a práticas que depois percebi bastante patriarcais, porque não colocá-las ao serviço de uma experiência apenas entre mulheres? A Revista Amazonas nasceu porque precisei sempre reconhecer meus próprios privilégios e, mesmo sendo pobre, afroindígena e favelada, eu descobri mundos através da militância, estudei de maneira autodidata e cheguei a textos e elaborações muito importantes para mim. Conheci gente, conheci lugares e aprendi a falar um idioma. Eu precisava compartilhar isso e pensava em algo bem mais simples quando propus a uma amiga espanhola, que vive em Buenos Aires, que fizéssemos um blog

com textos de mulheres que pudéssemos publicar em duas línguas para permitir uma maior popularização de alguns debates que o feminismo tem feito. Ela de pronto se animou e trouxe uma outra amiga, mexicana, para a conversa. Essas duas mulheres são também grandes amigas e constroem a 'Amazonas' em diferentes dimensões do nosso trabalho.

A proposta pareceu encontrar muitas mulheres ávidas por algo assim em termos latino-americanos e, como um rastilho de pólvora, tecemos uma rede entre mulheres ativistas de vários países. A revista fomenta e acolhe as elaborações de mulheres sobre os mais variados temas e com ampla liberdade de formato, só atentando a que estejam alinhados com nossos princípios que são o anticapitalismo, o antirracismo, a descolonização, a independência frente ao capital e aos governos e a perspectiva LGBTQI+.

Tudo nela é publicado em português e espanhol, o que nos permite um maior trânsito de informações entre mulheres ativistas da América Latina, embora tenhamos um pólo muito importante para nós que se constrói desde a Galícia e de Madrid.

Publicamos também nas linguagens literárias e de artes visuais ou audiovisuais porque acreditamos que estas formas de elaboração da realidade são tão ricas e importantes quanto à forma escrita ou, dentro dela, a escrita teórica. Isso dinamizou em mil anos o meu aprendizado no feminismo.

Eu pude me conectar com mulheres indígenas, faveladas, negras, super-exploradas, ativistas, artistas, de muitos lugares e aprender com tudo o que elas fazem em seus territórios e pensam à partir deste fazer.

Com tanta riqueza chegando a mim, pensei que precisava arranjar uma maneira de partilhar ainda mais.

Agradecer de fato é compartilhar.

Uma coisa aqui sempre me pegava de jeito: o feminismo ainda está muito refém das paredes universitárias e dos partidos políticos ou sindicatos. Ou seja, aquilo que se elabora conscientemente sobre feminismo, em sua maioria, não é feito desde as condições de vida de mulheres faveladas e periféricas e esse olhar falta. É um silêncio ensurdecador com o qual o feminismo não pode aceitar conviver.

Tudo começou com um curso que organizei e que durou três dias. Eu pretendia compartilhar com minhas companheiras de quebrada uma

série de elaborações feministas que fui conhecendo e que nunca chegam à favela (embora algumas falem de nós).

Foram três dias em que a gente se reuniu. No entanto, não tinha como começar a conversar sobre textos e filosofias sem antes desabafar sobre a violência que alguma delas sofreu no dia anterior, sobre o sentimento de solidão que acompanha muitas vezes a decisão de não se submeter, sobre a dificuldade de estar em outros espaços militantes de favela sem ser silenciada, desrespeitada, assediada ou tolhida, secundarizada.

Nós choramos juntas com aquelas que dão aula em escolas precárias espalhadas pelos rincões da cidade na semana em que o atentado de Suzano demonstrava a barbárie do sistema escolar que mói a carne e os sonhos de estudantes, trabalhadores e profissionais da educação básica – quase todas mulheres, é bom que se diga.

Depois de três intensos dias de “curso” com mais mulheres chegando a cada um deles, nunca mais nos separamos. Fizemos deste espaço de estudo, desabafo e fortalecimento um lugar também de organização para nossa intervenção nos territórios em que vivemos e atuamos. Nós intervimos em coisas cotidianas, porque é só mesmo a fálica narrativa épica que se estrutura sobre os momentos extraordinários da luta. Enquanto mulheres, sabemos o quanto esse cotidiano é essencial de disputar, e em cada local onde trabalhamos, convivemos ou militamos, passamos a intervir juntas.

Isso provocou rupturas em coletivos, denúncias de machismo, desmascaramento de mulheres progressistas só até a página 2, que por abstrações (ou possibilidades eleitorais – parlamentares ou sindicais) fazem vista grossa a práticas machistas de parceiros de trabalho ou de militância. Sofremos algumas ameaças e coisas do gênero, mas nada disso aplacou o nosso crescimento e consolidação, ao contrário.

As mulheres em nosso território vão aos poucos sabendo que podem nos pedir ajuda e pedem. E cada mulher ajudada é um elo novo que se soma a seu modo no nosso coletivo que hoje, além de escola também se denomina como ‘Assembleia Feminista’.

***Helena, nos conte como foi a construção deste pensamento sobre um “feminismo inominável” que se contrapõe à gramática da academia, que você relata em seu livro “Notas sobre a Fome”. Como este feminismo***

***que dialoga com as companheiras da América Latina (que lutam também por uma epistemologia que considere as mulheres nos seus fazeres e saberes ancestrais, um feminismo comunitário) responde às engrenagens do cotidiano e sua mediação com as urgências da vida em territórios periféricos?***

Na verdade o feminismo inominável está se construindo há muito tempo e minha avó – como muitas outras mulheres pobres, desterradas, moradoras de favelas – era uma agente extremamente ativa dele. Não sabia ler e nunca soube o que era feminismo, mas acolhia em casa a moça prostituta encontrada agredida no quarto de um motel onde um tio meu trabalhava. Ela comprava só dois tipos de frutas na feira, em quantidade gigantesca, e eu entendi aos poucos porque ela fazia isso: era porque tinha de repartir entre muitas famílias de filhos e netos.

O feminismo hegemônico só enxergaria na vida de minha avó ausências que o autorizariam a tutelá-la com a arrogância iluminista própria do pensamento ocidental.

Uma parte do feminismo não enxergaria que, onde algumas comemoravam o direito ao trabalho fora do lar, outras já tinham sido engolidas pelas plantações de cana ou de algodão por séculos, sem ter o que celebrar.

As resistências e as lutas ancestrais por terra, território, comuns e modos de vida são levadas adiante há muito tempo por mulheres que não figurarão na narrativa colonizada da história oficial, são lutas que elas realizam sem que sejam reconhecidas como lutadoras e sem que suas batalhas cotidianas sejam reconhecidas como práticas políticas porque partem de uma gramática organizativa diferente da gramática patriarcal de organização.

Se abolirmos a hierarquia entre teoria e práticas, entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre sabedoria e conhecimento, nós poderíamos enxergar o quanto a rede de feministas pelo mundo é muito maior do que as que assim se nomeiam.

E poderíamos nos irmanar preocupadas em conversar sobre o conteúdo do que é preciso fazer em defesa da vida ao invés de gastar tanto tempo por caminhos feitos para excluir mulheres da caminhada.

Não é possível lutar em âmbito nacional contra um sistema global, mas não é possível construir mundo novo começando pela laje. É nos invisíveis alicerces arraigados em territórios locais que a rede de lutas se estrutura com substância à potência feminista, como bem nomeia uma querida amiga e companheira chamada Verônica Gago.

No dia a dia de territórios violentados pela pobreza, pela opressão e pela exploração estão as mulheres e as práticas que precisam urgentemente ser disputadas para o campo da política. Comer é um ato político, portanto cozinhar, plantar, lutar contra a propriedade da terra para que plantar seja possível.

Toda a América Latina partilha de uma chaga comum que nos irmana: a colonização nos atravessa como marco em que nascemos como povos inferiores, marco onde surgimos na história oficial com saberes inferiores, com modos de viver e organizar a sociedade considerados inferiores, pouco desenvolvidos.

Reconstituir práticas de ruptura anticapitalistas arraigadas em nossos modos de vida, em nossos territórios, em nossos cotidianos é avançar na construção do feminismo inominável.

É feminismo, chamemos assim ou não, e é indissolúvelmente lutar em defesa da vida humana e não humana, em toda sua multiplicidade, diversidade, autonomia e ideal horizontalidade.

***Helena, você afirma que nos territórios favelados se produz um jeito próprio de viver, de pensar e estar neles. Neste sentido, as mulheres sustentam a vida nestes espaços atravessadas pela fome, violência e outras desigualdades estruturais, mas mesmo assim promovem a defesa incondicional da vida na sua multiplicidade, horizontalidade e solidariedade. Embora não se nomeiem ou muitas vezes se reconheçam como feministas, produzem conhecimentos que permitem criar uma rede de sociabilidade, sobrevivência e proteção social. Você acredita que estas adversidades são elementos de produção de sentidos e narrativas para uma epistemologia feminista favelada / periférica, suas mulheres e lutas? Por quê?***

Eu não acho que situações ruins promovem coisas boas. Então,

eu não acho que as adversidades são motores de nossa produção de sentido e novas epistemologias. O que eu acho é que há muito mais do que adversidades e, embora seja mais fácil ver a elas, - já que possuem uma violência que nos traga e ofusca quase tudo ao redor - há muita abundância inscrita nos resquícios que nos chegam da vida antes da chaga colonial.

É dessa riqueza invisível e espalhada em traços resistentes em nosso modo de viver, é do embate dela contra a opressão e o genocídio permanente, em busca de afirmar-se e não se deixar exterminar que, na minha opinião, surgem novas e potentes epistemologias.

Eu luto para que o mundo melhore, exatamente porque no dia em que estas riquezas invisíveis, que essas ancestralidades e sabedorias silenciadas puderem estar à serviço de outras coisas que não o de apenas defender o tempo todo da fome, da peste ou da pólvora, nós teríamos um mundo cheio de possibilidades emancipadoras e felicidade geral.

---